



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 171/2024.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de insumos e poltronas hospitalares para reidratação e administração de medicamentos em pacientes suspeitos e confirmados com dengue a serem atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Bandeirantes, conforme especificação contida nos anexos e neste Termo de Referência, partes integrantes do Edital.

2. ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E VALORES

2.1. As especificações, quantidades e valores são as constantes abaixo, sendo parte integrante do edital convocatório.

| ITEM | DESCRIPTIVO | CATMAT | UNDIDADE | QTD | MÉDIA DAS CESTAS | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|----------|------|------------------|---------------|
| 1 | Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 500 mililitros. Preferência para ME/EPP e EQUIPARADAS, conforme Lei Complementar 123/2006 | 452796 | FR | 880 | R\$ 7,29 | R\$ 6.415,20 |
| 2 | Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 1000 mililitros Preferência para ME/EPP e EQUIPARADAS, conforme Lei Complementar 123/2006 | 452796 | FR | 440 | R\$ 12,45 | R\$ 5.478,00 |
| 3 | Cateter Periférico (abocath); Material Cateter: Polímero Radiopaco; Aplicação: Venoso; Material Agulha: Agulha Aço Inox; Diâmetro: 18 GAU; Comprimento: Cerca 30 MM; Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor C/ Clamp; Conector: Conector Padrão C/ Injetor Lateral; componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32; Tipo Uso: Estéril; Descartável; Embalagem Individual Preferência para ME/EPP e EQUIPARADAS, conforme Lei Complementar 123/2006 | 438249 | UND | 260 | R\$ 1,96 | R\$ 509,60 |
| 4 | Cateter Periférico (abocath); Material Cateter: Polímero Radiopaco; Aplicação: Venoso; Material Agulha: Agulha Aço Inox; Diâmetro: 22 GAU; Comprimento: Cerca 25 MM; Componente Adicional: C/ Asa De Fixação, Tubo Extensor C/ Clamp; Conector: Conector Padrão C/ Injetor Lateral; componente 2: C/ Sistema Segurança Segundo Nr/32; Tipo Uso: Estéril; Descartável; Embalagem Individual. | 438244 | UND | 3000 | R\$ 1,53 | R\$ 4.590,00 |
| 5 | Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 100 mililitros. | 452796 | FR | 440 | R\$ 6,56 | R\$ 2.886,40 |
| 6 | Cloreto De Sódio; Concentração: 0,9 %; Forma Farmacêutica: Solução Injetável; Característica Adicional: Sistema Fechado; Características Adicionais: Frasco contendo 250 mililitros. | 452796 | FR | 1500 | R\$ 6,68 | R\$ 10.020,00 |
| 7 | Equipo Macrogotas Completo; Luer Lock; contendo Injetor Lateral; Ponta perfurante de alta resistência; Câmara flexível com macro gotejamento) e filtro de partículas; Regulador de fluxo (pinça rolete) para um controle eficaz de gotejamento; Injetor Lateral auto cicatrizante; Tubo flexível com no mínimo 150cm; Conector Luer Lock que permite uma conexão mais rápida por encaixe; Matéria prima sem látex, atóxica, apirrogênica, Estéril. Embalado em embalagem individual. | 609493 | UND | 3260 | R\$ 1,56 | R\$ 5.085,60 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

| | | | | | | |
|---------------------------|---|--------|-----|----|--------------|---------------|
| 8 | Poltrona Reclinável para Hidratação e Coleta de sangue, contendo Assento, Encosto, Apoio Braços e Pés Articulados. Deverá ser confeccionada em estrutura em tubos de aço redondo com acabamento em pintura epóxi, assento e encosto estofados em espuma revestidos em courvin nas cores preto ou azul; compatível para atendimento de pacientes adultos, possuindo capacidade para no mínimo 120 kg. Garantia mínima de 12 meses. | 484081 | UND | 12 | R\$ 1.266,16 | R\$ 15.193,92 |
| VALOR TOTAL R\$ 50.178,72 | | | | | | |

2.2. Valor total do processo R\$ 50.178,72 (cinquenta mil, cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

2.4. A aquisição desta contratação é caracterizada como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do contrato na forma do artigo 404 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, podendo ser prorrogável, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Fundamentação da Contratação se faz necessária conforme justificativa que segue abaixo:

3.2. O objetivo é a aquisição de insumos e poltronas hospitalares para reidratação e administração de medicamentos em pacientes suspeitos e confirmados com dengue a serem atendidos pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Bandeirantes. Esta demanda surgiu em resposta às necessidades específicas identificadas pela Secretaria de Saúde, com o objetivo de garantir o bom funcionamento das atividades de atendimento e tratamento de pacientes confirmados e com suspeita de dengue. As quantidades solicitadas foram cuidadosamente planejadas para atender às necessidades específicas desta Secretaria, garantindo que as UBS estejam adequadamente equipadas para fornecer um atendimento eficiente e de alta qualidade a todos os pacientes com dengue. Este planejamento assegura que a infraestrutura necessária esteja disponível para a realização adequada das atividades de tratamento e para a manutenção da qualidade dos cuidados prestados, sem comprometer a eficiência das operações.

Além disso, a aquisição desses produtos por meio de uma licitação pública garante a transparência, a competitividade e o cumprimento das exigências legais, buscando o melhor atendimento das necessidades da administração municipal. Através desse processo, será possível selecionar os fornecedores mais qualificados, considerando critérios como preço, qualidade dos produtos, prazos de entrega e garantia sanitária.

3.3. Justificamos nossa solicitação para realização de processo licitatório, visando a AQUISIÇÃO DE INSUMOS E POLTRONAS HOSPITALARES PARA REIDRATAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM PACIENTES SUSPEITOS E CONFIRMADOS COM DENGUE A SEREM



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ATENDIDOS PELAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES, com a exposição dos seguintes argumentos que tornam necessária a solicitação em questão:

Considerando que a partir do último ano, o atendimento a pacientes com necessidade urgente de hidratação intravenosa foi significativamente reestruturado no município de Bandeirantes, pois, anteriormente, pacientes que precisavam de tratamento urgente eram encaminhados ao pronto atendimento da cidade, o que muitas vezes resultava em atrasos e sobrecarga nos serviços de emergência;

Considerando que com a recente implantação de um serviço de triagem e tratamento no Posto Central de Saúde e nas demais Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município, pacientes com confirmação e suspeita de dengue agora são identificados e tratados diretamente no posto, sem a necessidade de encaminhamento imediato para o pronto socorro do hospital;

Considerando que essa mudança tem trazido uma maior agilidade e eficiência no tratamento, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às necessidades urgentes dos pacientes;

Considerando que a aquisição dos insumos: Soro Fisiológico em diferentes volumes (100 ml, 250 ml, 500 ml e 1000 ml), Cateter Periférico (abocath) nº 18 e nº 22, Equipo Macrogotas e Poltronas reclináveis para Hidratação e Coleta de Sangue é uma medida estratégica para assegurar a continuidade e a eficiência do tratamento de dengue no município, alinhada com as melhorias recentes na estrutura de atendimento;

Considerando que a reestruturação do atendimento trouxe benefícios consideráveis, mas também aumentou a demanda por insumos hospitalares essenciais, que são críticos para a administração de tratamentos de reidratação e medicamentos em pacientes confirmados e com suspeita de dengue;

Considerando que o soro fisiológico é um recurso vital na reidratação de pacientes com dengue, ajudando a prevenir a desidratação grave e outras complicações associadas à doença. Garantir a disponibilidade contínua desses frascos em múltiplos volumes é crucial para atender às diferentes necessidades clínicas dos pacientes;

O soro fisiológico é uma solução salina estéril de cloreto de sódio a 0,9% utilizada amplamente em práticas médicas para várias finalidades, incluindo reidratação e administração de medicamentos. A escolha de diferentes volumes atende às necessidades variadas dos pacientes e às diferentes situações clínicas:

Soro Fisiológico 100 ml: Ideal para administração em pequenos volumes e para uso em situações que exigem precisão, como em recém-nascidos ou em doses de manutenção de medicamentos intravenosos;

Soro Fisiológico 250 ml: Usados frequentemente em pacientes que necessitam de volumes moderados de fluidos, facilitando a reidratação e a administração de medicamentos em situações de emergência e tratamento contínuo;

Soro Fisiológico 500 ml: Adequado para pacientes com necessidades de hidratação mais substanciais e para tratamento em condições clínicas que exigem volumes maiores de fluidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Soro Fisiológico 1000 ml: Essencial para tratamento de desidratação severa e administração de fluidos em pacientes com condições graves, como em casos avançados de dengue que podem causar hemorragias e desidratação significativa.

A disponibilidade desses diferentes volumes é crucial para garantir que o tratamento possa ser ajustado de acordo com a condição clínica específica do paciente, garantindo a eficácia e a segurança do tratamento;

A aquisição e a manutenção de um estoque adequado de Cloreto de Sódio 0,9% são essenciais para garantir que todos os pontos de atendimento, incluindo o Posto Central de Saúde e as Unidades Básicas de Saúde (UBS), possam oferecer tratamento de alta qualidade e atender eficazmente à demanda de pacientes com dengue e outras condições que necessitam de administração intravenosa de fluidos;

A aquisição de Cateteres Periféricos (abocath) é essencial para garantir a eficiência no atendimento a pacientes em situação de emergência e em tratamento contínuo;

Os Cateteres Periféricos são fundamentais para a administração de fluidos e medicamentos, especialmente em condições que requerem acesso intravenoso rápido e seguro, como em casos de dengue e outras emergências médicas;

O Abocath nº 18 tem aproximadamente 1,3 mm. e seu uso é adequado para infusões de grandes volumes de fluidos e medicamentos com viscosidade média a alta;

É ideal para situações de alta urgência e emergências onde são necessários volumes significativos de fluidos rapidamente, pois permite um fluxo rápido e eficiente, essencial para a reidratação em casos severos de dengue e para a administração de medicamentos em situações de emergência;

O Abocath nº 22 tem Aproximadamente 0,9 mm. e seu uso é adequado para administração de fluidos e medicamentos em volumes menores, e para pacientes com veias mais delicadas ou pequenas;

É ideal para infusões contínuas e para acesso em pacientes que requerem um acesso intravenoso menos invasivo e mais confortável, sendo adequado para crianças, idosos, e pacientes com veias pequenas ou frágeis;

A disponibilidade dos cateteres nº 18 e nº 22 permite uma gestão mais eficiente dos casos, garantindo que pacientes com diferentes necessidades possam ser atendidos rapidamente e com o menor desconforto possível;

O cateter nº 18 é especialmente importante para situações de reidratação rápida, enquanto o nº 22 é crucial para pacientes com veias menores ou que necessitam de um acesso menos invasivo;

A aquisição dos cateteres Abocath nº 18 e nº 22 é crucial para manter a qualidade do atendimento nas unidades de saúde do município, incluindo o Posto Central e as demais Unidades Básicas de Saúde (UBS). Com um estoque adequado desses insumos, a equipe médica poderá oferecer tratamento rápido e eficaz, atender a uma variedade de necessidades dos pacientes e garantir a continuidade do atendimento sem interrupções;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Para melhorar o atendimento e a eficiência das UBS, é essencial a aquisição de Poltronas Reclináveis específicas para hidratação e coleta de sangue, pois elas irão proporcionar conforto, segurança e eficiência no atendimento e, conseqüentemente, a redução da sobrecarga no Pronto Socorro do município;

Com poltronas adequadas, as UBS poderão realizar os procedimentos de forma mais eficiente e eficaz, reduzindo a necessidade de encaminhamentos para o pronto socorro;

Isso ajudará a descentralizar o atendimento e permitirá que os recursos do pronto socorro sejam alocados para casos mais críticos, contribuindo para a redução da sobrecarga do sistema de emergência e melhorando a qualidade do atendimento para todos os pacientes;

A implementação das Poltronas Reclináveis nas UBS de Bandeirantes é um passo importante para atender de maneira adequada o aumento na demanda de casos de dengue. Este investimento permitirá uma melhor gestão dos pacientes e uma melhoria geral na eficiência dos serviços de saúde.

Pelo exposto entendemos estar justificada nossa solicitação, a qual virá suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bandeirantes, proporcionando a aquisição dos insumos e poltronas necessários para que os servidores tenham condições de manter um atendimento de alta qualidade, eficiente e adaptado à demanda crescente, assegurando uma resposta ágil e segura para pacientes suspeitos e confirmados com dengue e outras necessidades de tratamento intravenoso, contribuindo, assim, para a redução do tempo de espera e para um atendimento mais humanizado e confortável, resultando em uma resposta mais eficaz à epidemia de dengue e, conseqüentemente, na melhoria dos indicadores de saúde da comunidade.

3.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, Itens SEQ.68SA e SEQ.155SA, conforme Sexta Alteração publicada no Diário Oficial do Município de Bandeirantes, em 16 de agosto de 2024, Edição nº 864, Ano 2024, páginas 74 e 84. Podendo ser acesso no sítio eletrônico: www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. **NATUREZA DO SERVIÇO:** Material para Consumo e Material Permanente.

4.2. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:** A contratação para a aquisição deverá obedecer, no que couber:

4.2.1. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

4.2.2. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

4.2.3. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

4.2.4. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

4.3. **PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.3.1. Para garantir que as aquisições atinjam a eficácia e segurança dos produtos durante todo o seu ciclo de vida é importante abordar os padrões mínimos de qualidade e desempenho. Esta abordagem garante que a descrição e especificação dos produtos sejam claras, detalhadas e alinhadas com os padrões de qualidade necessários para atender às necessidades hospitalares de forma eficaz e segura. Aqui estão os padrões mínimos que a empresa deverá possuir:

4.3.2. Cateteres Periféricos (22 e 18 GAU)

Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho:

Certificações: Os cateteres devem atender às normas da ANVISA e possuir certificação de qualidade ISO 13485.

Segurança e Estabilidade: Deve haver garantia de baixo risco de complicações associadas ao uso, como tromboflebite e infiltração.

Durabilidade: Os cateteres devem manter suas propriedades de desempenho e integridade até a data de validade especificada pelo fabricante.

4.3.3. Cloreto de Sódio 0,9% (Volumes de 100, 250, 500 e 1000 ml)

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações e Qualidade: O produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA e apresentar certificados de boa prática de fabricação.

Estabilidade e Segurança: A solução deve manter a concentração de cloreto de sódio dentro de tolerâncias especificadas, com um prazo de validade claramente indicado e com garantia de esterilidade até a data de vencimento.

4.3.4. Equipo Macro gotas Completo

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações: O equipo deve atender às normas da ANVISA e possuir certificação ISO 13485.

Segurança e Funcionalidade: Deve ter uma taxa mínima de falhas no controle de fluxo e garantir uma administração segura e eficiente de fluidos.

4.3.5. Poltronas Hospitalares para Reidratação e Coleta de Sangue

- Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho

Certificações e Segurança: As poltronas devem cumprir as normas de segurança e ergonomia, e estar certificadas conforme os regulamentos locais e internacionais para equipamentos hospitalares.

Durabilidade e Manutenção: Deve ter uma vida útil mínima de [especificar período] com manutenção fácil e custos baixos. Deve resistir a desgaste e desinfecção frequente sem perda de integridade ou funcionalidade.

4.4. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

4.4.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo ela: FERNANDA DO CARMO DA SILVEIRA.

4.4.2. A gestão do contrato deverá ser realizada pelo Sr. ALEXANDRO BERETTA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.4.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.5. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

4.5.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 10/2024;

4.5.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: 10/2024

4.5.3. Data início da execução: 10/2024

4.5.4. O contrato deverá possuir prazo de validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, conforme estabelecido pela lei 14.133/21 e suas alterações.

4.5.5. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade:

5.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

5.1.2. Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos.

5.1.3. Em caso de necessidade de envio de documentos à CONTRATANTE, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.

5.1.4. Dar destinação sustentável a todos os resíduos produzidos, privilegiando o reuso e a reciclagem dos materiais utilizados.

5.1.5. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços, bem como quando de demonstração do modo de utilização para a CONTRATANTE;

5.1.6. Implementar um sistema eficiente de coleta, separação e descarte adequado de resíduos.

5.1.7. Capacitar os funcionários e conscientizá-los sobre a importância da gestão sustentável de resíduos.

5.1.8. Estabelecer parcerias com empresas de reciclagem e cooperativas locais para coleta seletiva e recuperação de materiais;

5.1.9. Atender as normativas fixadas em Decreto Municipal nº 3.537/2023 de 09 de maio de 2023 referente aos critérios de sustentabilidade, em especial o disposto nos Art. 361, Art. 363 e 364.

Subcontratação

5.1.10. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação

Garantia da contratação

5.1.11. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1 O prazo de entrega dos produtos é de até 20 (vinte) dias úteis, onde os pedidos serão feitos de forma parcelada conforme a necessidade do setor demandante. O item somente será aceito se atender a todas as especificações técnicas estabelecidas no presente estudo e termo de referência.

6.2. Os produtos/equipamentos deverão ser entregues nos seguintes endereços: Secretaria de Saúde: rua Prefeito José Mário Junqueira, número 661 ou de acordo com a solicitação de fornecimento/empenho. Horário de recebimento: 7h30min às 11h30min / 13h às 17h de segunda a sexta-feira.

6.3. Os insumos e poltronas hospitalares desta contratação, deverão ser entregues pelos fornecedores, conforme especificações definidas em Edital, onde o fornecedor deverá assumir todas e quaisquer responsabilidades por todas as providências e obrigações na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos insumos e equipamentos que deverão ser entregues.

6.4. Como critérios de sustentabilidade, devem ser considerados os produtos em embalagens de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, sempre que possível, e produzidos sem a utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.

6.5. Considerando o art.7º do Decreto nº 8.077/2013 determina que os produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 1976, devem ser registrados na ANVISA.

6.6. As empresas participantes do certame, deverão possuir a AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa), emitido pela ANVISA e Licença Sanitária emitida pela Vigilância Sanitária.

6.7. Os insumos e poltronas hospitalares poderão ser encaminhados de forma parcelada, no endereço indicado pela secretaria, juntamente com o pedido.

6.8. Os insumos e poltronas hospitalares serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para feito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta.

6.9. Os insumos e poltronas hospitalares devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem.

6.10. As notas fiscais deverão conter a identificação do número do lote e do prazo de validade dos materiais.

6.11. Os insumos e poltronas hospitalares não devem apresentar avarias ou adulterações.

6.12. Os insumos hospitalares deverão ter prazo de no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

6.13. Deverão ser observadas as condições específicas de armazenamento e de transporte dos produtos adquiridos, objetivando a garantia da estabilidade dos mesmos.

6.14. O fornecedor não poderá realizar a cobrança de frete no envio das mercadorias e também quando houver a necessidade de retirada dos produtos, será de responsabilidade da contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.15. Caso haja a necessidade em substituir marcas, a contratada deverá encaminhar documento com a justificativa, juntamente com o registro da ANVISA do produto (quando houver), para a apreciação da contratante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.16. O prazo de garantia contratual dos itens considerados bens (equipamentos), será de, **no mínimo, 12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.17. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.18. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

6.19. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

6.20. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

6.21. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

6.22. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

6.23. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

6.24. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

6.25. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

6.26. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6.27. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme portaria de nomeação. (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

7.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

7.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

7.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

7.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

7.12. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice, caso seja o contrato prorrogado e sua execução/vigência exceda o prazo estipulado neste edital, o preço poderá ser revisado segundo o índice INPC, IPCA ou outro que apresente mais vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens/insumos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens/insumos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 8 (oito) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.24. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO POR ITEM].

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

[Observação: O item 9.3. foi excluído desse Termo de Referência, pois o mesmo não se aplica ao objeto contratado.]

9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [MM42]

9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.10.1. No que se refere a cooperativa, deverá possuir ainda o objeto social compatível: Como regra geral, é possível a participação de cooperativas em licitações desde que o objeto social da cooperativa seja compatível com o objeto licitado.

Observação: *Os itens 9.11 até 9.14, foram excluídos desse Termo de Referência, pois os mesmos não se aplicam ao objeto contratado.*

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo, pois a participação de consórcios envolve contratações de grande vulto e/ou alta complexidade técnica. Portanto, o presente processo não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, uma vez que não possuía tais características.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Observação: Os itens 9.25 até 9.30 foram excluídos desse Termo de Referência, pois os mesmos não se aplicam ao objeto contratado.

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

Qualificação Técnica

Justifica-se a solicitação de atestados de capacidade técnica afim é garantir ao contratante que o serviço será realizado por uma empresa que tenha experiência prévia em atividades semelhantes e que possua a habilidade necessária para executá-las de forma adequada, minimizando o risco de atrasos, erros ou problemas durante a execução do serviço contratado.

9.31. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.1. Atestado de capacidade técnica-operacional emitido por no mínimo 01 (um) órgão público ou privado comprovando a especialidade no objeto do presente edital, compreendendo características, quantidades e prazos emitidos em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que comprovado por qualquer vínculo empregatício ou simples contrato de prestação de serviços. **O atestado deverá comprovar pelo menos o quantitativo de 50% do objeto.**

9.31.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Não será exigido a qualificação técnico-profissional, pois se torna mais comum em obras e serviços de engenharia, devida a complexidade da contratação.

A justificativa para solicitar atestados de capacidade técnica em licitações é garantir que o contratante terá a garantia de que o serviço será realizado por uma empresa ou profissional que tenha experiência prévia em atividades semelhantes e que possua a habilidade necessária para executá-las de forma adequada. Isso minimiza o risco de atrasos, erros ou problemas durante a execução do serviço contratado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Além disso, a apresentação de atestados de capacidade técnica é uma forma de incentivar a concorrência saudável entre os licitantes, já que as empresas ou profissionais que não possuem experiência ou habilidades suficientes para realizar o serviço de forma adequada não serão capazes de apresentar os documentos solicitados e, portanto, não serão selecionados.

Documentos Complementares para Habilitação por se Tratar de Materiais Hospitalares e Equipamentos Hospitalares

9.33. As empresas participantes deverão possuir a AFE (Certificados de Autorização de Funcionamento de Empresa), emitido pela ANVISA.

9.34. As empresas deverão possuir Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com a atividade de distribuição de produtos para saúde.

9.38. As empresas participantes deverão encaminhar juntamente com suas propostas o Registro na ANVISA de cada item ou documento de isenção do registro.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO]

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 50.178,72 (cinquenta mil, cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na [tabela acima].

10.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade e os tributos que eventualmente possam incidir sobre eles, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito ao proponente de reivindicar custos adicionais diretos ou indiretos.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

| DOTAÇÃO | DESCRIÇÃO | RECURSO |
|---|--|--|
| 323 - 11.001.10.122.1003.6069.3.3.90.3 0.00 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 00303/00303.01.02.00.00.1.50 0.1002 |
| 332 - 11.001.10.122.1003.6069.4.4.90.5 2.00 | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE | 00303/00303.01.02. 00.00.1.500.1002 |
| 352 - 11.002.10.301.1097.6057.3.3.90.3 0.00 | INCENTIVO FINANCEIRO CUSTEIO - ESTADO | 00351/00494.09.02. 05.20.1.621.0000 |

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. O presente Termo de Referência não tem necessidade de classificação nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Bandeirantes, 18 de setembro de 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

Alexandro Beretta
Secretário Municipal de Saúde